

Turismo y Responsabilidad Social

Edición Especial

ISSN: 2183-0800

www.isce-turismo.com



Volume 12 | Número 1 | Março 2019 [21^a. edição]
Volume 12 | Number 1 | March 2019 [21st edition]
Volumen 12 | Número 1 | Marzo 2019 [21^a edición]



REBATIMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO TERRITÓRIO DA COSTA OESTE DO CEARÁ

105

Débora Ferreira Freire Dias

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Luzia Neide Coriolano

Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Dias, D. F. F. & Coriolano, L. N. (2019). Rebatimentos de políticas públicas de turismo no território da Costa Oeste do Ceará. *Tourism and Hospitality International Journal*, 12(1), 105-121.

Resumo

O texto investiga o litoral do Ceará como espaço priorizado para implementação de políticas públicas e consequentemente de recebimento de financiamentos externos em projetos de reestruturação territorial. Este artigo objetiva analisar ações de políticas públicas realizadas na Costa Oeste, e as implicações socioespaciais decorrentes da prática da atividade turística, nesta porção do território. Utiliza-se o método dialético na compreensão dos modos de produção da vida material condicionando o conjunto de processos da vida social, política e cultural. A dialética exige ir além da aparência, do senso comum, chegar à essência dos fatos considerando a totalidade, conflito e contradições. Realiza-se pesquisa institucional, hemerográfica, e de campo para chegar aos resultados. O texto está respaldado em fundamentação teórica contemplando as categorias território, Estado, políticas pública, litoral e turismo. As políticas públicas têm fator preponderante de reordenamento do território com implantação de rodovias, implementação de obras públicas inovadoras e/ou de recuperação do patrimônio arquitetônico e natural. O tema propõe discussões e questionamentos, pois ao se apropriar de espaços para o turismo ora os reconstrói, ora os descaracteriza e degrada. Conclui-se o turismo é uma das formas atuais de reprodução do capital, que se integra a macropolítica econômica global e neoliberal direcionada pelos princípios do mercado. A atividade econômica é contraditória e muitas vezes determinada por um jogo de forças com predomínios externos, não vinculada aos interesses locais.

Palavras-chave: Turismo, Políticas públicas, Território, Costa Oeste

Abstract

The text investigates the coast of Ceará as a priority area for the implementation of public policies and consequently of receiving external financing in territorial restructuring projects. This article aims to analyze public policy actions carried out in the West Coast, and the social and spatial implications of the practice of tourism in this part of the territory. The dialectical method is used without the rigor of historical materialism, in the understanding of the modes of production of material life conditioning the set of processes of social, political and cultural life. Dialectics requires going beyond appearance, common sense, to the essence of facts by considering wholeness, conflict, and contradictions. Institutional, hemerographic, and field research is conducted to achieve results. The text is backed up in theoretical grounds contemplating the categories territory, State, public policies, coastal and tourism. Public policies have a preponderant factor of reordering the territory with the implementation of highways, implementation of innovative public works and / or restoration of the architectural and natural patrimony. The theme proposes discussions and questions, because when it appropriates spaces for tourism, it sometimes rebuilds them, sometimes it decharacterizes them and degrades them. It is concluded that tourism is one of the current forms of reproduction of capital, which integrates the global economic and neoliberal macro-politics guided by the principles of the market. Economic activity is contradictory and often determined by a game of forces with external predominance, not linked to local interests.

Keywords: Tourism, Public policy, Territory, West Coast

Introdução

O litoral do Ceará é espaço priorizado para implementação de políticas públicas e consequentemente de financiamentos externos que subsidiem as políticas de reordenamento territorial. Fato que gera execução de projetos que elegem a atividade turística como vetor estratégico para promoção do desenvolvimento econômico do Estado.

Este artigo objetiva analisar ações de políticas públicas implementadas na Costa Oeste, e as implicações socioespaciais decorrentes da prática da atividade turística, nesta porção do território. Que ocorrem em decorrência da apropriação do litoral por estratégias socioespaciais baseadas em políticas territoriais e empresariais em consonância com o processo de globalização, mundialização da economia e reestruturação da produção capitalista.

O litoral cearense passa por intensas transformações impulsionadas por programas e projetos governamentais que fazem o Estado emergir como polo receptor do turismo no contexto brasileiro e mundial. É projetada a imagem do Ceará turístico e não mais rural e arcaico, apresenta-se espaços ensolarados, acolhedores e propícios ao desenvolvimento do turismo, na proposição de soluções de problemas socioeconômicos.

A economia cearense até final da década de noventa apoiava-se na produção de insumos agrícolas como castanha de caju, e algodão, não apresentando expressividade no cenário nacional. Posteriormente, ocorre redirecionamento das políticas públicas globais voltadas a promoção do setor terciário, para responder à crise econômica e à ampliação da acumulação capitalista, contexto em que o Ceará é beneficiado com as políticas de turismo.

A costa cearense localiza-se geograficamente ao Norte do Estado com 573 km de extensão, segmentado por políticas públicas, em litoral Leste e Oeste. O Litoral Leste conta 210 km e o Oeste com 363 km. A segmentação é indicativa do rumo que os turistas tomam ao sair da Metrópole Fortaleza em direção aos demais municípios litorâneos.

O litoral Leste se estende de Fortaleza até o município de Icapuí na fronteira com o estado do Rio Grande do Norte, é servido por estradas inter e intra-regionais que viabilizam o fluxo de transeuntes, é mais densamente povoado e utilizado para a prática de atividade de lazer e turismo. Enquanto, o litoral Oeste vai de Fortaleza até Barroquinha, fronteira com Piauí tendo menor densidade demográfica, permanece mais isolado, menos urbanizado em decorrência da dificuldade de acesso amenizado com a edificação na Rodovia Estruturante CE-085 que facilita o acesso às praias e contribuem para promover acessibilidade ao fluxo de turistas que buscam o litoral para a prática de atividades atreladas ao lazer.

Para além da prática turística outras atividades econômicas concentram-se na costa, isso ocorre uma vez que o meio marinho facilita as práticas das atividades de pesca, indústria, turismo e transporte. Constituindo-se assim em uma das áreas mais

ricas em recursos acessíveis ao atendimento das necessidades humanas (Tan, Yang, Château, Lee & Chang, 2018). Entretanto, a concentração de pessoas e atividades causa danos aos ecossistemas marinhos costeiros dinâmicos e frágeis, muitas vezes levando a grandes problemas e conflitos sociais (Barragán & De Andrés, 2015).

A intensa ocupação da zona costeira, é definida por alguns autores como processo de litoralização entendida de acordo Hauzman (2001) com maior concentração populacional junto à faixa litorânea. Diz Madruga (1992, pp. 14-15) que “litoralização é a corrida para o mar, ampliando em dimensões o território desta zona, com as ocupações provocadas pela urbanização, industrialização e turismo”.

Em decorrência da litoralização têm-se o processo de urbanização litorânea com instalação de fixos e fluxos geográficos para atender a demanda residencial, do trabalho e em especial do lazer e turismo. A intensificação das atividades econômicas desenvolvidas no litoral depende primordialmente da exploração de recursos naturais, em que a paisagem se destaca como principal atrativo (Rangel-Buitrago, Contreras-López, Martínez & Williams, 2018).

As alterações na paisagem litorânea resultam da intervenção do Estado, por meio de políticas públicas com transformação das zonas de praia, que deixam de ser naturais para serem sociais. A primeira natureza dá lugar a segunda natureza, socializada e apropriada. A produção de novas formas espaciais no litoral vincula-se sobretudo, às práticas de lazer e turismo.

O litoral constitui destino favorito dos turistas, ocasionando dinamismo econômico, socioespacial. Constatase que o desenvolvimento do turismo não ocorre sem geração de conflitos de interesses, e corrigi-los torna-se mais difícil que evitá-lo com planejamento de atividades sustentáveis. Recuperar áreas degradadas exige produção de dados reais que possam ser utilizados nas avaliações e que permita adotar medidas mitigadoras, de formas a alcançar gestão sustentável das atividades litorâneas, em especial a ocupação turística.

Na intermediação de conflitos existente entre os distintos interesses decorrentes do uso e ocupação da costa por diferentes atividades, o Estado atua na formulação de políticas públicas que regulamentam ações empreendidas no território como o propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico do litoral. Para viabilizar a atividade turística no litoral é implementado na década de 1980, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Litoral – PRODETURIS, e na década de 1990, o Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, políticas de turismo que atuam como estratégicas na promoção do planejamento e ordenamento do litoral.

A efetivação das políticas públicas de turismo ocasiona mudanças na conformação socioespacial do território litorâneo, área prioritária do turismo cearense, com o turismo de sol e mar. Uma vez que a prática turística é complexa e contraditória por ser produtora de espaço, mobilizadora de fluxos de pessoas e de capital, impacta o ambiente litorâneo exigindo medidas de controle e fiscalização.

Fortaleza outrora capital sertaneja, que dava as costas para o litoral, em decorrência de uma conjugação de fatores, dentre esses as políticas de turismo,

transfigura-se em uma cidade litorânea (Silva, Pereira & Costa, 2018). A Metrópole “assume função de comando e de irradiação dos processos transformadores, é o lugar de onde se lê, de forma privilegiada, o mundo urbano” na teoria de Carlos (2004, p. 67) mas também o turístico. A partir dela as políticas de turismo são estendidas para os demais municípios litorâneos.

Revisão de literatura

As políticas são entendidas enquanto ações projetadas e implementar para alcançar determinados objetivos (Velasco, 2016). Quanto ao processo de elaboração de políticas de turismo esse é complexo, uma vez que a prática turística não é objeto de políticas exclusivas, nem se realiza um planejamento de forma isolada. Mas, está atrelada ao conjunto de atividades de distintos sujeitos sociais de diversas agências estatais e privada. Em decorrência da natureza dinâmica desta prática social, requer revisão das políticas para atender as novas demandas (Lanzarini & Barreto, 2014).

O Estado atua como regulador da sociedade historicamente determinada, onde predominam formas de produções e relações sociais. Contudo, não representa os interesses da coletividade de modo universal, por vezes, vincula-se a uma classe, quase sempre a dominante diz Bobbio (1982). As ações do Estado possuem institucionalidade e são desenvolvidas por meio de programas, planos, metas e orçamento definidas como políticas (Rua, 1998).

Krutwyscho e Bramwell (2010, p. 674) explicam que as políticas governamentais mostram os amplos papéis do Estado, e que em países capitalistas reiteradamente estão associados à acumulação do capital, segurança física, educação, saúde, dentre outras demandas. Afirma Carvalho (2000) que o Estado atua como mediador de conflitos sociais, que ocorrem em função dos distintos interesses dos sujeitos que atuam na produção do espaço.

Quanto às políticas de turismo faz-se necessária a atuação do Estado uma vez que a maior parte das atrações turísticas é pública, como as praias, rios, estradas, ruas e praças. O poder público realiza o planejamento e implementa ações com o objetivo de alocar e gerenciar recursos necessários para promover a infraestrutura básica para atender a demanda de residentes e turistas.

Para os teóricos Goeldner, Brent Ritchie e McIntosh (2002) as políticas de turismo definem o modo de funcionamento da atividade, determinam o produto turístico oferecido, o perfil de turistas para quem serão direcionadas as propagandas publicitárias que visam atrair a um determinado destino turístico. Estabelecem ainda o tipo de relação a ser instituída com residentes, se de forma a agregar ou segregá-los da prática turística.

As políticas realizam a efetivação do território turístico, de modo a atender as demandas sociais. Dredge e Jenkins (2007) a implementação política ocorre quando ideias e planos são colocados em prática por meio de ações. Para a execução das

políticas públicas de turismo analisa-se o contexto socioeconômico, geográfico, político e cultural em que as ações serão desenvolvidas.

Entretanto, há impedimentos na aplicação de algumas políticas. Puppim de Oliveira (2008) aponta como obstáculos a falta de apoio político, restrição de recursos financeiros, limitações na eficácia institucional e a débil cooperação entre as distintas esferas de organização administrativa desde a municipal a federal.

Afirmam Krutwaysho e Bramwell (2010) que os impedimentos para implementação e continuidade das políticas de turismo estão relacionados com a inexistência de planejamento em longo prazo de modo a integrar políticas entre distintas escalas desde as locais, regionais e nacionais. Planejamentos integrados que objetivem resultados para além da dimensão econômica, contemplando questões atreladas ao desenvolvimento social e ambiental.

As políticas implantadas no Ceará estão pautadas no discurso do desenvolvimento econômico em curto prazo, mediante geração de emprego e renda, devido à atração de investimentos privados em distintas atividades econômicas afirmam Costa e Pequeno (2015).

Sabe-se que a atuação da sociedade local é imprescindível para o estabelecimento de políticas que atuem de modo a promover o desenvolvimento para além das estatísticas de crescimento econômico, mas com planejamento em longo prazo que integre crescimentos financeiros e sociais. A participação da sociedade na elaboração, planejamento, implantação e ajustes das ações definidas por meio de políticas públicas são imprescindíveis para que os interesses sociais sejam atendidos, e propiciem melhorias na condição de vida.

A compreensão das produções socioespaciais decorrentes de políticas públicas e privadas, contribuem para o entendimento da configuração espacial do território cearense. Na produção do espaço cearense constatam-se a incidências de conflitos e contradições, em decorrência da ação de diferentes sujeitos sociais que atuam no uso e ocupação do espaço. Destacam-se os sujeitos que interagem no turismo e que tem viabilizado o crescimento das políticas e com resultados na conformação do território.

Políticas públicas de turismo e território

O espaço é o principal objeto de consumo do turismo destaca Cruz (2000), e a produção do espaço é orientada de modo a atender os interesses da sociedade. Santos (2008) a produção do espaço resulta da ação dos sujeitos sociais sobre o próprio espaço por meio de objetos naturais e artificiais.

A produção relaciona-se com a produção material de objetos e imaterial de valores, como explica Carlos (2001). A produção de territórios remete a produção material e simbólica. A primeira é a produção física dos espaços onde são alocados os fixos geográficos; a segunda remete as ideologias, as relações, em especial a relação sociedade e natureza que determina os usos territoriais e não simples relação antrópica.

O conceito de território não é mesmo de espaço geográfico, que é composto por um conjunto de sistema de objetos e sistema de ações (Santos, 2009). Enquanto que o território se configura fundamentalmente como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (Souza, 2009). A dimensão territorial do turismo é expressa na desigual distribuição espacial da atividade (Batista & Silva et al., 2018), direcionada de acordo com distintos interesses de sujeitos e instituições com destaque para o Estado.

O Estado ordena e regula o território, define prioridades de acordo com os interesses dos grupos detentores dos meios de produção. Inserido no setor de serviços, está a atividade turística responsável por imprimir uma lógica espacial diferenciada se comparada às demais atividades econômicas.

O espaço geográfico passa a ser território quando ocorre a apropriação e dominação de um espaço concreto por um determinado grupo social. De acordo com Souza (2009) os territórios são relações sociais projetadas nos espaços. Sendo assim é considerado como campo de forças ou rede de relações sociais. Essas relações são dinâmicas e mutáveis, e os territórios oriundos dessas também possuem essas características de constituir-se e dissolver-se conforme o fluxo da população.

No litoral cearense concentram-se as ações dos agentes produtores do espaço, em especial aqueles atrelados às atividades turísticas. As ações são desempenhadas por sujeitos sociais que compõe os elementos do espaço apontados por Santos (1985) homens, firmas, instituições, o meio ecológico e as infraestruturas. Os elementos do espaço se correlacionam com as bases da atividade turística, o meio ecológico: natureza, solo e paisagem natural são vistos como atrativos turísticos e substrato físico onde são instaladas as infraestruturas necessárias tais como acessos, equipamentos de apoio, que contribuem no processo de turistificação dos territórios pela intensidade da transformação e do uso.

Para Paiva (2012) o turismo é uma forma de lazer regida pelo capitalismo. Uma vez que o consumo permeia grande parte das atividades de divertimento, que os sujeitos desenvolvem no tempo que dispõem para o ócio (Aquino & Martins, 2007).

No Ceará os conflitos e contradições decorrentes da implementação da atividade turística apresentam-se inicialmente na metrópole Fortaleza, que se consolida como núcleo receptor do turismo nacional, onde são produzidos territórios para atender interesses da demanda turística, submetidos a processos de turistificação. A metrópole e os municípios costeiros são reestruturados pelo turismo por meio de políticas públicas assinaladas por descontinuidades e rupturas no processo de produção territorial para o trabalho, moradia e lazer.

Dizem Haesbaert e Limonad (2007) que o território é uma construção histórica a partir de relações de poder, essas relações tanto são expressas em formas concretas, quanto simbólicas. Indo para além de uma visão superficial do território, podem-se estudar suas diversas dimensões de análise. Ao considerar o exercício do poder, do controle e da dominação, está se dando ênfase a dimensão política expressa por leis que regulam a organização do território.

Há competição entre os territórios que alocam atividades atreladas ao turismo, inseridos na economia global que disputam por investimentos e na atração de fluxos turísticos (Romão & Rodrigues, 2017). A organização do território será modificada de acordo com a mobilidade dos fluxos de pessoas, ideias e produtos nas redes que integram o território. Os indivíduos correspondem à demanda turística e às comunidades receptoras. As firmas equivalem às empresas envolvidas na prestação de serviços de lazer e turismo. E as instituições correspondem ao sistema de normas, ordens e leis que regem o turismo (Coriolano, 1998).

O Estado delimita o território segundo normas e leis previamente estabelecidas Castro (2005). O exercício do poder está diretamente relacionado ao território pela apropriação e dominação pelos sujeitos sociais, para realização de distintas atividades econômicas dentre elas o turismo.

O turismo materializa-se na apropriação e organização de territórios e das paisagens, leva os indivíduos a saírem de um lugar em busca de outros. Wainberg (2003) mostra que sem fronteiras não há turismo, há que se pensar a atividade econômica como um fenômeno geográfico. Considerada uma forma de lazer, que exige viagem, deslocamento das pessoas do seu local cotidiano para realizá-lo (Fonseca, 2005).

A mobilidade é uma relação social ligada à mudança de lugar e as razões desta. Os movimentos da população revelam a situação da sociedade contemporânea. Deste modo o conceito de mobilidade não está restrito apenas ao deslocamento da população. São vários fatores que a influenciam: gênero, renda, idade, ocupação e nível de escolaridade da população.

No território a mobilidade dos indivíduos tem como consequência a conformação de distintos arranjos socioespaciais, decorrentes da atuação das políticas públicas de turismo que promovem a alocação de fixos como rodovias que permitam uma maior mobilidade dos fluxos para as distintas porções do território.

Metodologia

O método é um caminho disponível ao investigador no processo de desenvolvimento do conhecimento científico. Adota-se o método dialético na compreensão do modo de produção da vida material condicionado o conjunto de processos da vida social, política e cultural. Empreende-se o esforço de ir além da aparência, do senso comum, chegar à essência dos fatos considerando a totalidade, os conflitos e contradições.

Este trabalho investiga os rebatimentos decorrentes da implantação das políticas públicas de turismo na costa oeste do Ceará. Está fundamentado na teorização do empírico, uma vez que a explicação é mediada pela teoria. Tendo como base os autores Velasco (2016), Romão & Guerreiro (2017), Coriolano (1998), Cruz (2000) e Dredge & Jenkins dentre outros que auxiliaram na compreensão do tema. A mediação da teórica é fundamental, pois para Leedy & Ormrod (2005) a teoria consiste em corpo organizado

de conceitos que objetiva explicar um fenômeno particular. Enquanto Johnson & Christensen (2007) afirmam que as teorias explicam como e por que algo funciona de determinado modo.

Realiza-se a pesquisa institucional documental *online* que consiste na coleta e organização de documentos oficiais que tratam acerca de ações, planos, projetos, atrelados as políticas públicas de turismo, com o PRODETURIS e o PRODETUR. Por meio da pesquisa hemerográfica *online* nos do jornal O Povo, Diário do Nordeste, empreende-se a identificação da espacialização dos projetos decorrentes da implantação das políticas de turismo. A pesquisa de campo ocorreu em municípios do litoral oeste que se destacam na prática de atividades turística, com realização de entrevistas a turistas, residente e proprietários de estabelecimento comerciais.

A abordagem da pesquisa é quanti-qualitativa, pois a abordagem quantitativa complementa a qualitativa. Creswell (2012) explica que os dados quantitativos estão relacionados a números e indicadores que são compreendidos com ajuda da estatística. Enquanto que a abordagem qualitativa utiliza técnicas como entrevistas abertas, em que se consideram distintos aspectos do objeto estudado. Efetiva-se a coleta de dados que registram a relevância da atividade turista em escala global e local, os órgãos eleitos foram Secretaria de Turismo do Estado do Ceará (SETUR-CE); Organização Mundial del Turismo (OMT); Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e World Tourism Organization (UNWTO).

Resultados

O turismo em escala global e local e a relevância dos dados

Para compreender a relevância da prática turística no contexto cearense, atenta-se para os dados em escala global para posterior entendimento dos dados em escala local. No contexto global de acordo com dados da Ásia e o Pacífico lideraram o crescimento em 2016, com aumento de 9% nas chegadas internacionais, seguido de África (+8%) e das Américas (+3%). A região mais visitada do mundo, a Europa (+2%) mostra resultados mistos, enquanto os dados disponíveis para o Oriente Médio (-4%) apontam para um declínio nas chegadas de turistas. (UNWTO, 2017).

Constata-se que o crescimento das estatísticas aponta o incremento da atividade; a chegada de turistas internacionais aumentou de 25 milhões em todo o mundo em 1950, para 278 milhões em 1980, 674 milhões em 2000 e 1.235 milhões em 2016. Da mesma forma, que as receitas do turismo internacional obtidas por destinos em todo o mundo aumentaram de US \$ 2 bilhões em 1950 para US \$ 104 bilhões em 1980, US \$ 495 bilhões em 2000 e US \$ 1,220 bilhões em 2016. (UNWTO, 2017).

O turismo representa em 2015 3,6% do PIB brasileiro, empregando, direta e indiretamente, mais de 10 milhões de pessoas (EMBRATUR, 2015). Em 2015, o Brasil recebe 6.305.836 de turistas e geração de receita cambial de US\$ 5.844 milhões (BRASIL, 2016). O turismo estimula investimentos no Ceará e participa com 11% no

PIB estadual, em 2013, o que demonstra a força da atividade turística e justifica a determinação das políticas públicas de turismo. Uma vez que a movimentação turística cresce a cada ano (SETUR-CE, 2014).

Na economia do Ceará o turismo tem um papel de destaque, o setor de serviços representa cerca de 75,95% da economia cearense. De acordo com dados da SETUR/CE (2017) pode-se verificar a diferença dos indicadores registrados no intervalo de dez anos contados a partir dos anos de 1995, 2005 e 2015, quanta evolução do impacto que a receita turística tem sobre o Produto Interno Bruto - PIB do Ceará. Em 1995 é de 4,0% o impacto da prática do turismo no PIB do estado, neste período já haviam sido realizadas iniciativas para a promoção do turismo no estado. Em 2005 a taxa é de 9,8% e em 2015 é de 11,6%. O que indica crescimento da participação do turismo na economia cearense.

O turismo é uma abstração e se torna concreto quando os que viajam chegam aos lugares de destino e usufruem de lugares e serviços colocados à disposição para atender necessidades básicas como alojamento, alimentação e entretenimento. (Coriolano, 2007) A capital do Ceará em janeiro de 2016 registra 3.856 prestadores de serviços turísticos, que incluem agências de viagem, meios de hospedagem, que abrangem hotéis, pousadas, flats e albergues. Organizadores de eventos, transporte turístico, cooperativas de taxis, guias de turismo, restaurantes e boxes de artesanato.

Dados de dezembro de 2016 mostram que Fortaleza apresenta uma oferta de 11.709 UHs, o litoral Oeste com 4.017 UHs, litoral leste com 4.796 UHs e o litoral Extremo Oeste com 2.800 UHs, com destaque o município de Jijoca de Jericoacoara, que é destino internacional e conta com 2.056 UHs. É o segundo município cearense em número de UHs, ficando atrás apenas do município de Fortaleza. Por meios dos dados expostos observa-se uma concentração no litoral dos meios de hospedagem turística.

Os serviços turísticos geram oportunidade de emprego e renda para pessoas que atuam nos setores atrelados ao turismo. Quanto ao número de emprego, incluindo os formais e informais os dados de 2006 e 2015, no intervalo de nove anos mostram que houve incremento no número de ocupações ligadas ao turismo. No setor de alojamento em 2006, registra 8.505 e em 2015, cresce para 15.554. No setor de alimentação em 2006, o registro é de 61.911 e em 2015, cresce para 136.900 (SETUR, 2017). O turismo é uma das atividades geradoras de empregos que beneficiam principalmente os que possuem capacitação profissional, mas indivíduos sem formação profissional inserem-se no circuito inferior do turismo.

O turismo enquanto atividade econômica configura-se como relevante fonte de receita do governo, sendo necessário que os recursos sejam utilizados de modo a atender demandas dos mais necessitados, ou seja promova o desenvolvimento social (Incera & Fernández, 2015). A atuação do Estado é imprescindível para o planejamento e ordenação de políticas públicas que direcionaram o modo de intervenção na atividade turística para o combate à pobreza no Estado do Ceará.

Rebatimentos das políticas públicas de turismo

Os rebatimentos das políticas públicas de turismo são compreendidos como os impactos decorrentes da efetivação das ações do Estado juntamente com os demais sujeitos que atuam na produção do espaço da costa cearense. Destacam-se as atividades empreendidas pelas políticas públicas de turismo por meio do PRODETUR I e II implementadas na costa oeste do Ceará como o objetivo de aprimorar a infraestrutura de transportes; saneamento básico e abastecimento de água; urbanização de orlas; infraestrutura turística; recuperação do patrimônio histórico e ambiental.

A edificação de infraestruturas urbanas como rodovias de acesso às praias contribui para a melhoria da mobilidade e do acesso não só de turistas, mas também da comunidade residente. Entretanto para instalação das infraestruturas faz-se necessária à alocação de uma quantidade de recursos que muitas vezes o Estado não dispõe para investir. Para garantir os recursos necessários realizam-se parcerias entre Governo Federal e Estados nordestinos, intermediados por organizações bancárias, responsáveis por realizar o financiamento das ações.

Os investimentos de instituições e empresas estrangeiras, atraídas pelo crescimento da demanda turística são vistos como possibilidades de investimentos que fornecerão lucros a médio e longo prazo. “O turismo, assim como é em sua essência, torna-se negócio rentável para o Nordeste, estimula investidores para atividade moderna voltada ao lazer de viagens.” (Barbosa, 2017, p.18).

Verifica-se a intensificação do processo de segregação socioespacial do território da costa oeste em decorrência da escolha de determinadas porções do espaço propícias ao recebimento das ações das políticas públicas de turismo (Castro, 2016). Ocorre a fragmentação do litoral para uso de segundas residências, rede hoteleira e *resorts*. A comunidade local que antes desfrutava livremente dos recursos naturais, com o incremento da atividade turística, o uso dos recursos passa a ser disputado por outras atividades comerciais que visam à obtenção de lucros, restringem o uso das comunidades.

Há modificações nos usos tradicionais realizados pelas comunidades locais, transformados em decorrência da realização de práticas de lazer e turismo, como consequência do contato estabelecido com os que visitam o lugar. Para De Kadt (1979) o encontro de turistas e residentes ocorre em contextos: quando o turista compra um bem ou serviço ao residente; quando ambos compartilham os mesmos espaços físicos e quando trocam informações ou ideias.

Para além das modificações decorrentes das interações sociais há outras resultantes da atuação das políticas de turismo no litoral oeste. Há o incremento do setor imobiliário turístico nos municípios costeiros, com a especulação imobiliária decorrente da valorização dos terrenos localizados próximos ao litoral, ocasiona conflitos entre a comunidade local e os sujeitos que intentam auferir rendimentos financeiros com a compra e venda da terra.

Em decorrência da instalação de fixos e a ocorrência de novos fluxos, que causam impactos no espaço em que são inseridos, promovendo novas funções no lugar. E

muitas vezes prevalecem determinações dos donos dos meios de produção em detrimento dos anseios dos residentes. Esse fato ocorre uma vez que a prática turística está relacionada com outras práticas da economia, engloba grupo heterogêneo de empresas, que atuam para atender o crescimento da demanda por bens e serviços na comunidade receptora do turismo, por exemplo o aumento do fluxo turístico pode influir na demanda no setor de construção em decorrência da necessidade de um maior número de espaços de alojamento e de alimentação (OMT, 1998).

Com a intensificação do uso do território da costa cearense impulsionada pelas políticas públicas de turismo ocorre incremento do desenvolvimento urbano, muitas vezes sem planejamento gerando conflito no uso do espaço e dos recursos naturais por edifícios destinados aos meios de hospedagem como hotéis e pousadas que apresentam sazonalidade na ocupação. O abandono de atividades tradicionais como pesca, artesanato para realizar tarefas ao fornecimento de serviços turísticos como caseiros, camareiros, dentre outros.

Ao analisar a costa oeste observa-se que após a realização de investimentos com recursos oriundos de políticas públicas de turismo ocorrem modificações na configuração do território em decorrência da implantação de fixos que intensificam fluxos de indivíduos em busca de atividades de lazer e turismo.

Conclusão

Conclui-se o turismo é uma das formas atuais de reprodução do capital, que se integra a macro e micropolítica econômica global direcionada pelos princípios do mercado. A atividade econômica é contraditória e muitas vezes determinada por um jogo de forças com predomínios externos, não vinculada apenas a interesses locais.

As políticas públicas têm fator preponderante de reordenamento do território com implantação de rodovias, implementação de obras públicas inovadoras e/ou de recuperação do patrimônio arquitetônico e natural. Contribuem para intensificação dos fluxos turísticos e de concentração de investimentos em determinadas porções do litoral oeste, espaço de desigualdades socioeconômicas promove conflitos e contradições no jogo de interesses de residentes, Governo.

Considera-se que o processo de apropriação de espaços para o turismo se dá de forma dialética pois ora os reconstrói, ora os descaracteriza e degrada. Estando sujeito ao atendimento dos interesses dos distintos sujeitos sociais que atuam na produção dos territórios onde se realiza a atividade turística.

As ações realizadas pelas políticas dotam o território de serviços básicos, entendidos como incumbências do Estado para atendimento das necessidades primárias da população e que servem de apoio ao turismo e a políticas setoriais inseridas no contexto socio territorial.

A insegurança na realização da atividade de campo, apresentou-se como limitação a investigação realizada. Pois determinados territórios dos municípios não apresentavam

condições propícias a produção de registros fotográficos e entrevistas. Sendo necessário a utilização de outras ferramentas para efetivação da investigação.

A continuidade da pesquisa é relevante para abordar questões não contempladas como a identificação das novas diretrizes das políticas de reestruturação do território e da economia cearense. De modo a compreender as implicações espaciais decorrentes da atuação das políticas no território cearense.

Referências

- Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. de O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, 7 (2), set.
- Barbosa, L. M. (2017). *Políticas Territoriais de Turismo: Concepções e Impactos do Prodetur no Nordeste Brasileiro*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Barragán, J. M., & De Andrés, M. (2015). Analysis and trends of the world's coastal cities and agglomerations. *Ocean and Coastal Management*, 114, 11–20.
- Batista e Silva, F., Marín Herrera, M. A., Rosina, K., Ribeiro Barranco, R., Freire, S., & Schiavina, M. (2018). Analysing spatiotemporal patterns of tourism in Europe at high-resolution with conventional and big data sources. *Tourism Management*, 68, 101–115.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2016). *Estatísticas básicas de turismo Brasil - Ano base 2015*. Brasília-DF, Setembro de 2016. Disponível em <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/images/pdf/EstatisticasBasicasdoTurismo-Brasil2016-Anobase2015.pdf>
- Bobbio, N. (1982). *O conceito de sociedade civil*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. – Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Carlos, A. F. A. (2004). *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Contexto.
- Carvalho, A. F. de. (2000). *Políticas públicas em turismo no Brasil*. Sociedade e Cultura, 3 (1 e 2), 97-109.
- Castro, I. E. de. (2005). *Geografia e Política: território, escala de ações e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Castro, T. da S. (2016). *O sol nasce para todos? Planejamento, Turistificação e Urbanização Litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

- Costa, M. C. L., & Pequeno, R. (2015). *Metrópoles: território, coesão social e governança democrática*. Fortaleza: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- Coriolano, L. N. M. T. (1998). *Do local ao global: O turismo litorâneo cearense*. – Campinas São Paulo: Papirus.
- Coriolano, L. N. M. T. (2007). *Turismo e meio ambiente: interfaces e perspectivas*. In: Coriolano, L. N. M. T., & Vasconcelos, F. P. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Eduece.
- Creswell, J. W. (2012) *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Cruz, R. de C. (2000). *Política de turismo e território*. São Paulo: Contexto.
- De Kadt, E. (Ed.) (1979) *Tourism – Passport to development? Perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries*. New York, Oxford University Press for the World Bank and UNESCO.
- Dredge, D., & Jenkins, J. (Eds.). (2007). *Tourism planning and policy*. Brisbane: Wiley.
- Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). (2015). *Turismo contribui com 9% do PIB mundial*.
http://www.embratur.gov.br/piembraturnew/opencms/salaImprensa/artigos/arquivos/Turismo_contribui_com_9_do_PIB_mundial.html 2015
- Fonseca, M. A. P. (2005). *Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade*. Natal: Edufrn.
- Goeldner, C., Brent Ritchie, J.R., & McIntosh, R. (2002). *Turismo, princípios, Práticas, Filosofias*. Porto Alegre: Bookman.
- Haesbaert, R., & Limonad, E. (2007). O território em tempos de globalização. *Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas*, 1(2) 7-20.
- Hauzman, D. (2001). *Paisagem, ambiente e ocupação litorânea*. São Paulo. Tese, Universidade de São Paulo.
- Incera, A. C., & Fernández, M. F. (2015). Tourism and income distribution: Evidence from a developed regional economy. *Tourism Management*, 48, 11-20.
- Johnson R. B, & Christensen L.B. (2007). *Educational Research: Quantitative, Qualitative and Mixed Approaches*. NY: Sage Publications.
- Puppim De Oliveira, J. (2008). *Implementation of environmental policies in developing countries. A case of protected areas and tourism in Brazil*. Albany, USA: State University of New York.
- Krutwaysho, O., & Bramwell, B. (2010). Tourism policy implementation and society. *Annals of Tourism Research*, 37 (3), 670–691.
- Lanzarini, R., & Barreto, M. (2014). Políticas Públicas no Brasil para um turismo responsável. *Revista Turismo Visão e Ação*, 16 (1).

- Madruga, A. M. (1992). *Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Paiva, R. A. (2012). O turismo e as práticas socioespaciais. *Revista turismo e desenvolvimento*, 17/18.
- Organização Mundial del Turismo (OMT). (1998). *Introducción al Turismo*. Madrid: Organización Mundial del Turismo.
- Rangel-Buitrago, N., Contreras-López, M., Martínez, C., & Williams, A. (2018). Can coastal scenery be managed? The Valparaíso region, Chile as a case study. *Ocean and Coastal Management*, 163, 383–400.
- Romão, J., Guerreiro, J., & Rodrigues, P. M. M. (2017). Territory and sustainable tourism development: A space-time analysis on european regions. *The Region*, 4(3), 1.
- Rua, M. G. (1998). *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. In: Rua, M.G e Carvalho, M. I. (Orgs.). *O estudo da política: tópicos selecionados*. Brasília: Paralelo 15.
- Santos, M. (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel.
- Santos, M. (2008). *Metamorfose do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. (6 ed). São Paulo: USP.
- Santos, M. (2009). *A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. (4 ed, 5.reimp.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. (SETUR-CE). (2014). *Indicadores turísticos*.
- Secretaria de Turismo do Estado do Ceará. (SETUR-CE). (2017). *Indicadores turísticos 2010/2016*. Setembro de 2017.
- Silva, R. B. da, Pereira, A. Q., & Costa, M. C. L. (2018). Fortaleza e a ocupação do espaço litorâneo no Grande Pirambu. *GEOGRAFIA (Londrina)*, 27(1), 47.
- Souza, M. J. L. de. (2009). O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E. de; Gomes, P. C. da C.; Corrêa, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. - 12ªed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Tan, W. J., Yang, C. F., Château, P. A., Lee, M. T., & Chang, Y. C. (2018). Integrated coastal-zone management for sustainable tourism using a decision support system based on system dynamics: A case study of Cijin, Kaohsiung, Taiwan. *Ocean and Coastal Management*, 153, 131–139.
- Leedy, P. D. & Ormrod, J. E. (2005). *Practical Research: Planning and Design* (8th ed.). Pearson Educational International and Prentice Hall: New Jersey.
- Velasco, M. (2016). Entre el poder y la racionalidad: gobierno del turismo, política turística, planificación turística y gestión pública del turismo. *PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14, 577–594.

- World Tourism Organization. (UNWTO). (2017). *Tourism Highlights 2017 Edition*.
Disponível em <http://www.eunwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029>
- Wainberg, J. A. (2003). *Turismo e Comunicação: A Indústria da Diferença*. São Paulo:
Contexto.